



**MAPEAMENTO DE PÚBLICOS EM MANZO NGUNZO
KAIANGO: apropriações subversivas das relações públicas por
um terreiro-quilombo**

*MAPPING OF PUBLICS AT MANZO NGUNZO KAIAN-
GO: subversive appropriation of public relations by an
afro-brazilian community*

*Luciana de OLIVEIRA⁸³,
Bárbara Regina ALTIVO⁸⁴,
Bruna Raphaella Rodrigues da Silva ACÁCIO⁸⁵*

RESUMO:

A experiência contra-colonizadora das comunidades quilombolas é locus privilegiado, tanto para aprender sensivelmente uma política da resistência quanto para buscar incidências vivas dessas formas de vida nos fazeres da Comunicação. O artigo apresenta nossa experiência no quilombo Manzo Ngunzo Kaiango (Belo Horizonte-MG) na qual buscamos o diálogo inovador entre práticas estratégicas empregadas no campo das Relações Públicas e dinâmicas comunicacionais próprias dessa comunidade. Desenvolvemos o mapeamento de públicos de Manzo, observando como a apropriação das técnicas de mapeamento tensionou ritmos e métodos clássicos das RPs, caracterizando um encontro de saberes.

PALAVRAS-CHAVE:

Relações Públicas; Comunidade Tradicional; Mapeamento de Públicos.

ABSTRACT:

The experience of quilombola's communities against colonialism constitutes a privileged *locus* for the sensible learning of resistance politics, also for the searching of incidences of this forms-of-life at Communication research. The article presents our experience in Afro-

⁸³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Líder do grupo de pesquisa Corisco (Coletivo de Estudos, Pesquisas Etnográficas e Ação Comunicacional em Contextos de Risco)

⁸⁴ Doutora pelo PPGCOM/UFMG. Consultora da Associação Imagem Comunitária.

⁸⁵ Analista de Cultura da Diretoria de Ação Cultural. Especialista em Gestão Cultural.

Brazilian community Manzo Ngunzo Kaiango (Belo Horizonte-MG), looking for the dialogue between strategical practices employed in the field of Public Relations and communicational dynamics of this community. We have developed the mapping of Manzo publics, showing how the appropriation of mapping techniques have tensioned classic methods of PR, producing a meeting of knowledges.

KEY WORDS:

Public Relations; Traditional Community; Mapping of Publics.

1. Introdução

Quando falamos do trabalho de Relações Públicas (RP) no cenário comunicacional contemporâneo, estamos pisando num terreno recortado por assimetrias de poder, disputas por visibilidade e legitimidade discursiva, marcado, dentre outros fatores, por crises de representatividade, notadamente pelo que tem sido chamado de lugar de fala (RIBEIRO, 2017) para referir-se às vozes não ouvidas e/ou silenciadas como as mulheres negras numa sociedade que tem por norma a branquitude, masculinidade e heterossexualidade. A arena pública da vida social é, assim, constituída e atravessada por vetores de forças que engendram intrincadas controvérsias, nas quais está em jogo o poder de nomear fenômenos e experiências e, no limite, determinar o que é digno ou não de ser considerado realidade em regimes de verdade recortados por lógicas de biopoder (FOUCAULT, 2008; PELBART, 2007), ou seja, não aquele poder que se impõe de cima para baixo ou de fora para dentro, mas que é experienciado corporalmente, espreado e entramado socialmente como a forma única de existir. Tais jogos de poder se configuram de formas diversas, operando nas arenas formalizadas e ligadas ao sistema político, mas também na micropolítica das interações cotidianas. As RP atuam neste campo minado, em geral ligadas às ações empresariais e estatais, gerenciando os processos de construção de relacionamento entre as organizações e seus públicos, exercício estratégico que executa através de diferentes instrumentais que atuam sistematicamente no bojo dos processos comunicativos altamente midiáticos, característicos dos processos de globalização (SGORLA, PÉRSIGO E FOSSÁ, 2011; TERRA, 2015).

Por outro lado, em resposta ou não a tais vetores de força, vicejam formas-de-vida (AGAMBEN, 2000) ou modos de existência (LATOUR, 2014; STENGERS; LATOUR, 2015) que, cosmopoliticamente (STENGERS, 2004), constroem uma comunicação outra. É interessante notar que, frente aos avanços dos mecanismos de homogeneização da vida elaborados nas lógicas do mercado, do Estado e da técnica, há a atuação – também estratégica e de

guerrilha – de formas de vida locais, historicamente segregadas e exploradas. Como um *bricoleur* (LEVI-STRAUSS, 1989), os sujeitos constroem suas formas de existir com peças que encontram à sua disposição, montando arranjos singulares, com base numa ciência do concreto, ou seja, um saber baseado na experiência sensível e no corpo. Tais táticas que vicejam na vida cotidiana dos sujeitos comuns, como diz Certeau (1994), também incidem nas redes de biopoder através de ações pequenas e criativas, embora sejam menos visíveis, como também nas esferas formalizadas do poder, haja vista, no caso brasileiro, os avanços nos campos dos direitos étnicos, raciais e de gênero conquistados desde as lutas na constituinte de 1988 e depois. Do ponto de vista político, a luta pela autonomia de comunidades tradicionais tem sido caracterizada pelo intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015) como um processo de contra-colonização que, em oposição às teses da mestiçagem ou do desaparecimento/aculturação, nunca se deixaram colonizar.

Não é exagerado dizer que, de um modo geral, as atividades de RP estão umbilicalmente ligadas às racionalidades instrumentais do mercado, do Estado e da técnica e, portanto, à visibilidade das organizações constituídas sob estas racionalidades. Há, contudo, um movimento crescente de apropriação e invenção desse campo de conhecimentos por organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos diversos como forma de construção de resistência política e modos de organização alternativos aos hegemônicos. O acionamento das RP, por parte de comunidades e movimentos sociais, para desenvolver a gestão de seus vínculos não é fenômeno recente. Levantamento histórico realizado por Kunsch (2007) aponta que há mais de trinta anos comunidades e movimentos sociais têm incorporado estratégias próprias do campo profissional das RP. Em especial, como aponta Henriques (2004), a fim de fortalecer seus processos de mobilização social, fortalecimento de vínculos intersubjetivos e coletivos bem como de legitimação na esfera pública.

No entanto, há uma lacuna nos estudos de RP no que diz respeito ao modo como as posturas inventivas e criativas das populações tradicionais⁸⁶ e de seus saberes - quilombos, nações indígenas, terreiros - ao se apropriarem dos instrumentais da área, incidem neste campo de conhecimentos. No artigo, buscamos demonstrar, a partir de uma pesquisa aplicada, que não só as RP podem contribuir com a diplomacia desses grupos, mas o contato com as

⁸⁶ *Populações tradicionais, de acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009, p. 300) são "grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados".*

comunidades tradicionais pode, de forma inovadora, alargar o campo de ação das RP, incrementando e enriquecendo o seu alcance e atuação política, seus conceitos fundamentais como organização, públicos e estratégia bem como suas técnicas e processos já estudados ou formalizados.

Nesta perspectiva, o presente artigo busca relatar a experiência de aproximação e mútua-afetação entre uma comunidade quilombola e de terreiro e as Relações Públicas, promovida no âmbito de um projeto experimental desenvolvido como trabalho de conclusão de curso e da experiência de gestão e implantação da Formação Transversal em Saberes Tradicionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialmente das disciplinas Catar Folhas: Saberes e Fazeres do Povo de Axé e Ação-Pensamento Comunicacional com Comunidades Tradicionais⁸⁷. O trabalho foi realizado junto a Manzo Ngunzo Kaiango, comunidade de terreiro e quilombola localizada na região leste de Belo Horizonte, e se desenvolveu em colaboração com as lideranças políticas, especialmente Cássia Cristina dos Santos, Makota Kidoiale, que se dedica à administração das RP da comunidade. A partir do caso de Manzo Ngunzo Kaiango, demonstraremos como as suas ações comunicativas se constituem desde uma cosmologia e um modo de existência próprios que entram em negociação com as tecnologias e discursos hegemônicos que, não raro, sustentam estereótipos, preconceitos, racismos, intolerâncias religiosas e diversas formas de violência física e simbólica. Se, ao invés de seguirmos uma perspectiva calcada na inexorável marcha rumo a uma forma única de vida (a aculturação), nos determos no plano das ações cosmopolíticas desses coletivos tradicionais, entraremos em contato com inventivas formas de “indigenização da modernidade” (SAHLINS, 1997)⁸⁸. Na próxima seção, apresentamos o processo de trabalho — desde o mergulho etnográfico para construir o *briefing* e a proposta/execução do trabalho do mapeamento de públicos. Na terceira seção analisamos, desde a perspectiva de trabalho conjunto com o

⁸⁷ A Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG tem convidado mestres e mestras de saberes tradicionais a ofertarem, como professores convidados, disciplinas de graduação sobre seus saberes e práticas como ação político-pedagógica de descolonização das universidades e de geração de uma matriz pluriépistêmica de saberes. O projeto começou em 2014 e segue até os dias atuais. Mametu Muiyandê e Makota Kidoiale do quilombo Manzo Ngunzo Kaiango foram professoras convidadas desta iniciativa nos anos de 2016, 2017 e 2018. Ver www.ufmg.br/prograd/arquivos/destaque/FormTransvproposta.pdf. Acesso em 11/03/17 e GUIMARÃES et al (2017).

⁸⁸ O autor refere-se à dinâmica diaspórica de sociedades originárias do Pacífico Sul no cenário de globalização cultural e expansão do capitalismo, nas quais a modernização não configura a única alternativa nessas experiências de trânsitos e trocas econômicas. Ao contrário, a “indigenização da modernidade” diz respeito à tradicionalização de bens, produtos e serviços típicos do capitalismo global — incluindo-se o dinheiro — com acentuado efeito “na complexa dialética da circulação cultural entre a terra natal e os lares alhures, as práticas e relações tradicionais ganham novas funções e talvez novas formas situacionais”. (SAHLINS, 1997, p. 114).

terreiro-quilombo, as apropriações mencionadas e, em seguida, tecemos algumas considerações finais.

2. A licença e a “bença”: os primeiros passos de uma pesquisa aplicada de RP em chão ancestral

O intuito inicial do trabalho colaborativo foi conhecer o cenário comunicacional de Manzo, identificando, em conjunto com os membros, suas potências e suas necessidades. A partir daí, traçar e efetivar nossa proposta de trabalho, utilizando técnicas e ferramentas das Relações Públicas que estimulassem a comunidade a refletir sobre seus processos comunicacionais e que buscassem tornar mais estratégicas suas ações e relações na arena pública da vida social. O primeiro passo do trabalho foi realizar uma pesquisa preliminar que buscou conhecer a história de Manzo e identificar traços constitutivos da comunidade, como os principais projetos e ações; assim como reconhecer as formas de comunicação e de interação com outros grupos e mídias. Esse "*briefing*" foi elaborado por meio de visitas a Manzo e conversas com membros, além de pesquisa documental, em registros midiáticos e trabalhos acadêmicos sobre a comunidade. Apresentamos, então, de forma sintética, os achados dessa aproximação que, metodologicamente, se identifica com uma sensibilidade etnográfica. Todas as etapas do mapeamento foram desenvolvidas de modo conjunto entre pesquisadoras e Makota Kidoiale em dois meses de trabalho, totalizando 12 encontros.

A comunidade se instalou na zona leste de Belo Horizonte na década de 1960, quando a matriarca e mãe de santo Efigênia Maria da Conceição – Mametu Muyandé – se estabeleceu em um terreno do bairro Paraíso, construindo pequenos cômodos para abrigar a família e, um quarto maior, central, para instalar um terreiro de Umbanda, nomeado Senzala de Pai Benedito. Há cerca de 30 anos, Mãe Efigênia adotou o Candomblé como religião e o terreiro passou a se chamar Terreiro de Candomblé da Nação Angola Manzo Ngunzo Kaiango.

O terreiro faz de Manzo “uma casa de portas abertas”, como Mãe Efigênia costumeiramente apresenta o local. Aberta não só aos que ali vivem – cerca de 40 pessoas, todas com laços de parentesco – e à família-de-santo⁸⁹, mas também aos amigos dessa extensa família, aos consulentes dos jogos de búzios de Mametu e aos inúmeros visitantes, que participam das festas e cerimônias públicas.

⁸⁹ *Candomblecistas iniciados na Casa de Santo ou que possuem relação de parentesco, no candomblé, com os iniciados na Casa.*

Manzo abriga também as atividades do projeto social e cultural Kizomba, destinado a crianças e adolescentes da família e da região. Há 14 anos são desenvolvidos no Kizomba atividades de valorização da cultura negra, como aulas e oficinas de percussão, capoeira, dança afro, maracatu e história africana.

O certificado de “comunidade remanescente de quilombo” veio em 2007, concedido pela Fundação Cultural Palmares⁹⁰, o que torna Manzo um dos três quilombos urbanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte⁹¹. No entanto, o reconhecimento ainda não garantiu à comunidade a consolidação de direitos previstos na legislação brasileira, como a titularidade do terreno em que se instala.

Além da efetivação de direitos quilombolas, há outro enfrentamento com o Estado. Em 2012, a Prefeitura de Belo Horizonte conduziu obras de reparação em Manzo, alegando iminente risco de desabamento. A reforma realizada pela Prefeitura, no entanto, desconsiderou a realidade cultural e religiosa da comunidade, eliminando de forma arbitrária elementos construtivos do terreiro, que eram fundamentais para a realização das atividades religiosas no local, como quartos de santo, camarinha, inhoto e comunheira. Uma vez que a estrutura cosmológica do local foi descaracterizada, a reforma imposta obrigou-os a cessar em Manzo as atividades do Candomblé. Os membros vêm, desde então, acionando diferentes procedimentos jurídicos e atores que possam se somar à luta pela reparação de direitos violados e a reconstrução do terreiro.

Makota Kidoiale relata que após esse episódio sentiu necessidade de se fazer mais presente nas instâncias que defendem e reafirmam os direitos quilombolas. Passou então a estimular que a comunidade participasse ativamente em uma série de entidades do movimento negro e quilombola⁹², assim como estreitasse o diálogo com órgãos governamentais de defesa de direitos das comunidades tradicionais e da igualdade racial⁹³. Makota pessoalmente

⁹⁰ Instituição pública criada em 1988 para promover e preservar valores culturais e históricos que derivam da influência negra na formação da sociedade brasileira. Desde 2003, é a responsável pela emissão de certidão às comunidades quilombolas, o que permite o acesso a amparos legais assegurados pelos artigos 215 e 216 da Constituição Brasileira, vinculados à defesa e à valorização do patrimônio cultural, além do acesso da comunidade a políticas públicas - tais como Programa Brasil Quilombola e Minha Casa, Minha Vida. A certificação é o primeiro passo para o processo de titulação do território junto a instâncias administrativas como o Inbra.

⁹¹ As demais são Luízes (Bairro Grajaú) e Mangueiras (Bairro Aarão Reis).

⁹² Citamos a exemplo as organizações não-governamentais a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) e a Central Organizada de Matriz Africana (Afrocom), instituições que promovem encontros de entidades negras no Brasil, e o Cenarab, que reúne nacionalmente religiosos de tradições de matriz africana.

⁹³ Algumas delas: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada ao governo executivo federal, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais e a Fundação Palmares, além de órgãos como Defensoria Pública da União e Estadual (MG) e Ministério Público Federal e Estadual (MG).

inseriu-se em rede de grupos que discutem tais questões, participando dos fóruns de discussões⁹⁴ para construção de políticas públicas para quilombos, integrando comissões organizadoras de eventos de matriz africana e atuando como representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Cultural. Manzo construiu laços, ainda, com grupos que se somaram à defesa da comunidade, tal como pesquisadores universitários, que se mostraram importantes mediadores nas relações com o governo.

Percebemos então que Manzo desenvolveu, ao longo de sua existência e sobretudo na última década, uma rede complexa de relações, que, a partir desses momentos de interação, constroem, para si e para seus interlocutores, as representações e valorações sobre essa comunidade.

Ainda que a comunicação com os diferentes grupos passe também por instâncias midiáticas (como listas de e-mails, grupos do Whatsapp, do Facebook) e mesmo por veículos de mídia, as relações interpessoais e as interações diretas guardam grande importância para as articulações feitas por Manzo. A partir de nossas visitas, levantamento de material e conversas, percebemos que a oralidade e o face a face são as práticas comunicativas privilegiadas pelos membros de Manzo – não só entre si, mas também nas relações com outros grupos e instituições.

Outros aspectos observados com relação à comunicação são o uso pouco sistemático dos dispositivos midiáticos para fins de comunicação institucional e a escassez de registros documentais que deem conta de uma apresentação pública de Manzo, tais como livros, folhetos, publicações em sites ou redes sociais, matérias jornalísticas. Apesar desses fatores que dificultam a visibilidade de Manzo, identificamos também elementos de grande potência comunicacional. A complexidade e a riqueza cultural da comunidade, assim como sua cosmologia densa, transpassada por diferentes tradições afro-brasileiras, engendram potentes narrativas, que podem ampliar o reconhecimento público da relevância cultural e social de Manzo.

Além de sua história, Manzo tem outra potência comunicacional: uma liderança que identifica a comunicação como ação política, compreende a importância de se relacionar bem com determinados grupos e instituições e se preocupa em como a comunidade está sendo vista por eles. Além disso, sabe modular seu discurso conforme o interlocutor, acionando os

⁹⁴ Fóruns online como o grupo Mulheres de Terreiro, no Whatsapp, e presenciais, como reuniões do Conselho Estadual de Direitos Humanos (MG) e Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (MG).

diferentes papéis e valores da comunidade a depender do momento e das relações que estão em jogo.

Tendo em vista o cenário comunicacional aqui descrito em estreito processo de colaboração entre nós, definimos em conjunto com Makota Kidoiale os objetivos de Manzo (ver Figura 1) e indicamos três propostas de trabalho que se apropriassem de técnicas e ferramentas de RP, adaptando-as às necessidades de Manzo.

Objetivos de Manzo

- 1 Participação ativa das famílias nas atividades de Manzo
- 2 Fortalecimento do Kizomba
- 3 Reconhecimento do terreiro em Santa Luzia
- 4 Regularização do território
- 5 Reforma do terreiro em Manzo

Figura 1: Objetivos de Manzo. Fonte: Autorxs

As propostas buscaram se adequar às demandas comunicacionais e aos desejos identificados, assim como ao fôlego do projeto acadêmico e do momento da comunidade. Foram elas:

- 1- Plano de ação para estratégias de apresentação da história e memória de Manzo
- 2- Plano de ação para produção de peças de comunicação para o Projeto Kizomba
- 3- Mapeamento de públicos de Manzo

A partir da apresentação dos três caminhos, Makota Kidoiale optou pelo mapeamento de públicos da comunidade, segundo ela por ser a chance de se identificar mais claramente os grupos de relação, assim como de se analisar a comunicação com eles: “liderança e comunidade precisam conhecer com quem é preciso dialogar e como manter esse diálogo” (Autorxs, 2016). O mapeamento é um dos primeiros passos para se estruturar a comunicação de uma organização, ou no jargão, para o “gerenciamento estratégico de relações públicas” (KUNSCHE, 1997, p. 120). Por isso, essa escolha nos pareceu acertada ao momento então vivido pela comunidade, de ampliação da rede de públicos. Os contornos dessa escolha e os modos como o mapeamento se efetivou são, a nosso ver, os aspectos mais reveladores e inovadores dessa experiência, que evidenciam as apropriações subversivas das técnicas de RP.

3. Conversa entre mundos: processo de construção colaborativa do mapeamento de públicos

Para dar conta do processo de mapeamento, estabelecemos quatro eixos de ação no nosso plano de trabalho: apresentação da proposta, identificação e segmentação dos públicos, desenho do mapa e, por fim, a apresentação para os demais membros da comunidade. O primeiro eixo consistiu em contextualizar as Relações Públicas e alguns de seus conceitos, além das técnicas envolvidas no mapeamento. Para tanto, pontuamos o papel das RP no cuidado das relações de caráter público das organizações com os diversos grupos com os quais estas interagem, visando ao fortalecimento da imagem e à contribuição para que os objetivos da instituição sejam alcançados. Conversamos ainda sobre como as Relações Públicas e a comunicação organizacional como um todo se desenvolveram na esfera empresarial, mas que isso não impede que o arcabouço construído por este campo do conhecimento seja utilizado em favor da comunicação desses grupos e por eles modificado e transformado, ressaltando que esta é, inclusive, prática acionada por muitas comunidades e movimentos sociais. Além disso, para aproximar conceitos como “públicos”, “mapeamento”, “vínculos” e o próprio “mapa”, assim como as etapas de identificação, segmentação e classificação, trouxemos alguns exemplos de mapeamentos, alguns mais emblemáticos (como o de empresas, com seus públicos bem definidos de “colaboradores”, “fornecedores”, “concorrência” etc.) e outros de ONGs, associações comunitárias e escolas.

No segundo eixo, iniciamos de fato o mapeamento, começando pela listagem dos grupos de interesse e convivência de Manzo, para daí elaborar os “públicos”. Discutimos como eles poderiam ser agrupados, definimos as nomenclaturas de cada segmento e construímos e revisamos o “quadro de públicos”, em que foram elencados 35 públicos. No quadro, registramos também as expectativas e os interesses de cada um sobre Manzo e da comunidade sobre eles, assim como os assuntos que o público domina e os atores, dentro de cada público, que Manzo julga mais estratégicos para se relacionar.

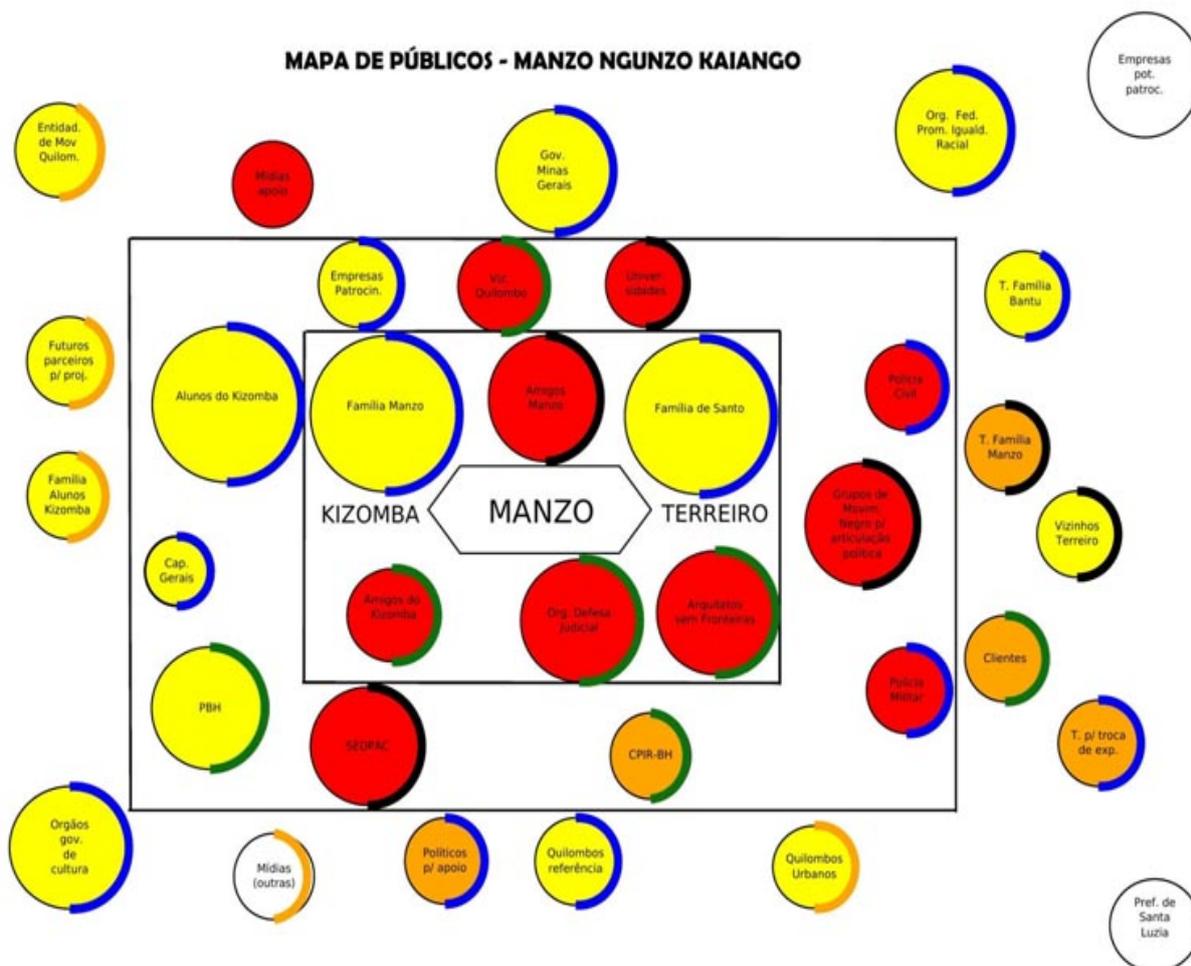
Para o desenho do mapa, terceiro eixo, houve a escolha pelo tipo de representação do momento em que estavam vivendo em 2016 (“mapa real”) e dos critérios para classificação da relação com os públicos, bem como dos graus/níveis de cada variável e dos modos de representação gráfica de cada critério. Em seguida, qualificamos os públicos segundo cada variável e os distribuímos no mapa. Ele foi confeccionado em papel e no digital, para que pudesse tanto ser exposto no terreiro (espaço público da comunidade), quanto ser enviado digitalmente a amigos. Quanto aos critérios para representação gráfica do mapa, estabelecemos

os seguintes: o 1º critério foi representado pelo tamanho dos círculos que contêm os nomes de cada público. Quanto maior, maior é a importância que aquele público tem para a concretização dos objetivos atuais de Manzo. O 2º critério, pela distância do centro do mapa, onde estaria escrito “Manzo” e também pela localização mais à esquerda, ao centro ou à direita. À esquerda seriam os públicos que estão mais ligados aos assuntos do Kizomba, à direita, aos assuntos do Terreiro (e à religiosidade como um todo) e mais ao centro os que estão ligados aos dois ou a nenhum dos dois em especial. Desenhamos quadrantes no mapa para demarcar de modo mais claro os níveis. O 1º quadrante, mais perto do centro, seria dedicado aos com vínculo forte, o 2º para os de médio e o 3º para os de fraco. Os sem vínculo seriam posicionados nas margens do mapa. O 3º foi representado pela cor dada aos círculos dos públicos (para uma boa comunicação, vermelho, para uma média, laranja, para uma regular, amarela, e para os que não há comunicação, branca). Já para as variáveis do 4º critério seriam dadas cores de fita adesiva, que seriam coladas na lateral de cada um dos círculos, sinalizando a frequência daquela relação (ver figuras 2 e 3). As cores foram escolhidas pela Makota Kidoi-ale em referência ao que ela chamou de “cores da África”: vermelho, laranja e amarelo. Outras cores que ela também considera “África”, preto e verde, foram utilizadas no 4º critério.



Figura 2 - Legenda do Mapa de Públicos construído junto com a comunidade de Manzo Ngunzo Kaiango. Acervo: Autorxs

Imagem 3: Forma gráfica do Mapa de Públicos de Manzo Ngunzo Kaiango. Fonte: autorxs



O último eixo, de apresentação do mapa para a comunidade, foi realizado em um encontro no terreiro de Manzo, reunindo cerca de 20 pessoas, entre moradores, filhos de santo e amigos. Makota Kidoiale conduziu a atividade, relatando o processo de construção do mapa e justificando o porquê das qualificações e posicionamentos de cada público.

Na próxima seção, analisamos como ao longo desse processo de trabalho pudemos entrever um estilo de criatividade estratégica encarnada no uso singular, contextualizado, da técnica de RP. Enquanto as disciplinas acadêmicas lecionam uma forma profissional e impessoal de trabalhar tais relações, encontramos em Manzo uma maneira afetiva, religiosa, feminina, doméstica, negra e quilombola de lidar com as relações com os públicos.

4. Axé de subversão: o sagrado, o afetivo e o feminino

As relações comunicativas estabelecidas e alimentadas em Manzo são de variadas ordens, perpassam e conectam mundos diferentes. A dinâmica da vida na comunidade tradicio-

nal de terreiro mobiliza uma cadência do existir que enreda os afazeres cosmológicos (festas e rituais do candomblé e da umbanda, atendimentos e trabalhos espirituais particulares realizados por Mametu Muyandé) ao cotidiano familiar (convivência entre parentes, encontros de família, cuidados com as crianças, os mais velhos e com a manutenção da vida no lar) e sócio-político (reuniões com instituições públicas, participação em eventos políticos e acadêmicos, estratégias de militância em movimentos sociais).

Na feitura do mapeamento de públicos, notamos a presença dessa forma comunicativa multidimensional, que abriu brechas e gerou apropriações que deslocaram os modos convencionais de uso da técnica. Ficou evidente que, como todo método – profissional, científico, religioso, artístico, etc. – que organiza a experiência e propõe formas de agir no mundo, o mapeamento não é neutro ou desligado de formas de vida, mas se vincula a um modo de conceber e se posicionar em relação à alteridade. Percebemos as limitações do método de mapeamento ao categorizar e hierarquizar relações através de parâmetros impessoais e desencantados, o que, no contexto de Manzo, entrou em choque com as relações ligadas ao sagrado, altamente afetivas e, ainda, marcadas pela perspectiva de uma liderança feminina.

Chaves cosmológicas foram acionadas na categorização e segmentação dos públicos quando, por exemplo, Mametu Muyandé nos indagava quanto à classificação de outras comunidades de Santo no mapa, também pertencentes à tradição bantu, mas ligadas a outra linha de descendência dentro da matriz. Por um lado, Makota Kidoiale afirmava não ser necessário agrupá-las em um público específico, por não terem relações de parentesco de santo ativas dentro dos rituais de candomblé. Muyandé, que na maioria das vezes constrói argumentos ligados ao mundo do sagrado, dessa vez se posicionou numa perspectiva, digamos, mais afinada com a estratégia política dos coletivos de terreiro: afirmou ser necessária a aproximação com essas comunidades a título de conhecer as suas experiências no campo dos movimentos sociais; uma interessante inversão dos papéis típicos da mãe (sacerdotisa) e da filha (liderança política) dentro da comunidade.

Enquanto discutíamos a comunicação de Manzo com organizações não-governamentais, ganhavam especial atenção os grupos que, pelas figuras de seus articuladores, estavam ligados à família de Santo. Quanto mais próxima a relação de parentesco no candomblé com tais pessoas, mais intensa e viável a relação com as suas instituições. É o caso do pai-de-santo de Muyandé, Tatetu Arabomi, que lidera o Movimento Nacional Nação

Bantu (Monabantu-MG)⁹⁵, com quem Manzo tem uma interlocução mais próxima. Os laços de santo, nesses casos, viabilizam a comunicação estratégica, abrem caminho para a ação política institucionalizada.

Espíritos e *nkisis*⁹⁶ são agentes fulcrais nas relações que Manzo estabelece com seus diferentes públicos. Pai Benedito, preto-velho de Mametu Muiandé, decide os aspectos norteadores da vida ritual e também política da comunidade em sua vertente de umbanda, enquanto Matamba, *nkisi* de cabeça da sacerdotisa, gerencia os assuntos ligados ao candomblé angola. Um episódio em que isso fica evidente diz respeito à produção da festa dos pretos-velhos⁹⁷, que acontece sob a supervisão de Pai Benedito. No ano de 2016, a entidade comunicou que desejava a presença da Guarda de Moçambique de São Benedito no seu estimado festejo: “Os congadeiros são o meu povo!”. A organização se desdobrou para fazer o contato e o convite ao Reinado⁹⁸, que se tornou, naquela circunstância, um público de Manzo devido às relações cosmológicas estabelecidas com a linha das almas, corrente de trabalho dos pretos-velhos, ligados ancestralmente à tradição congadeira que remonta os tempos de escravidão.

Além de mentores e administradores das RP de Manzo no plano cosmológico, com incidência nos campos práticos da vida política e cotidiana, os agentes não-humanos podem também ser encarados como públicos com os quais os membros do terreiro devem se relacionar na manutenção da vida religiosa que anima a comunidade. A possibilidade de produzir um mapeamento de públicos para melhor gerenciar a relação com entidades espirituais e do candomblé foi imaginada no processo de trabalho para conseguir enxergar possíveis faltas na vinculação. O modo de existência no Santo se produz justamente na constituição de relações de troca com o sagrado, sendo fundamental o gesto de cuidado, carinho e empenho nos rituais em que se oferece presentes – chamados de oferendas, obrigações – aos seres do “outro mundo”. Ressaltamos que essa proposição de mapeamento, envolvendo os agentes não humanos,

⁹⁵ *Organização da sociedade civil, formada por comunidades e núcleos de resistência da cultura Bantu no país, para o estudo, compartilhamento e valorização das contribuições socio-culturais da Nação Bantu existentes no Brasil.*

⁹⁶ *Entidades sagradas do candomblé angola ligada às práticas religiosas e culturais de matriz bantu.*

⁹⁷ *Celebração organizada anualmente pela comunidade de Manzo, aberta ao público.*

⁹⁸ *Forma de afirmação religiosa de matriz africana no Brasil , especialmente presentes em Minas Gerais, conhecida também por congado, congadas, reisado. Segundo Leda Martins: “Ternos ou Guardas de Congo podem existir individualmente, ligados a santos de devoção em comunidades onde não exista o Reinado . Os Reinados, por sua vez, são definidos por uma estrutura simbólica complexa e por ritos que incluem não só a presença das guardas , senão a instauração de um império, cuja concepção inclui variados elementos , atos litúrgicos e cerimônias e narrativas que , na performance mitopoética, reinterpretem as travessias dos negros de África às Américas” (MARTINS, 2013, p. 28).*

surgiu apenas como assunto em uma conversa informal, não tendo se concretizado em termos práticos. Tal possibilidade, que seria um interessante experimento, foi aventada de modo desprezioso já no final do mapeamento. Acreditamos que sequer foi imaginado anteriormente por tamanha disrupção com o processo clássico do mapeamento, que tem base em técnicas organizacionais calcadas em um mundo “desencantado”.

De toda forma, mesmo esses seres não aparecendo de forma explícita no mapa elaborado, ressaltamos que a Makota Kidoiale nos presenteia com o uso criativo, insurgente e provocativo da técnica. Apropriação que toca num dos principais centros de poder erigidos pelo Ocidente para dominar muitos povos e modos de vida diferentes: a ideia de que existe somente uma Verdade e uma Natureza, de que o mundo é único e cabe nas leis da Ciência (LATOR, 2014; STENGERS, 2004). Essas conversas que permitiram a elaboração do mapa de públicos de Manzo foram atravessadas pela presença dos filhos e neto da Makota, pelo cheiro da comida, pelos latidos do cachorro e outros ruídos da vida doméstica, sempre na parte da noite, depois de uma longa jornada de trabalho.

O tempo do mapeamento foi pontuado pelo tempo da vida doméstica e familiar, operação trabalhosa administrada continuamente por Cássia dos Santos na vida de avó, mãe, Makota e face pública da comunidade, quem vai para audiências, atende jornalistas, participa de eventos políticos e acadêmicos. Esses trabalhos articulam 1) o trabalho afetivo, de produção de pessoas e laços de parentesco (o que fica evidente em seu cuidado com os filhos e o neto), e a manutenção do lar – funções convencionalmente destinada à mulher em nossa sociedade –, com 2) o trabalho religioso de produzir as festas e os rituais do candomblé, bem como as outras atividades necessárias para se manter em dia as relações pessoais e do terreiro com o sagrado e 3) o trabalho político, discursivo e estratégico de luta por direitos da comunidade, mundo das relações públicas com instituições estatais, não-governamentais e de mercado.

O labor do mapeamento acontecia junto com a vida pessoal e íntima de Cássia Cristina dos Santos, à sua agência feminina múltipla e repleta de afazeres. A técnica foi, assim, também submetida a profundas torções rítmicas, escapando do tempo produtivo das organizações – para os quais ela foi pensada em termos de rapidez atrelada à eficácia – e entrando no fluxo temporal da vida de uma mulher que ocupa diferentes lugares de ação no seio de sua comunidade de terreiro, núcleo familiar e na arena pública de relações institucionais.

5. “Aprende quem é de aprender”: por Relações Públicas povoadas pelas diferenças

No artigo, buscamos mostrar como comunidades tradicionais, tomando como exemplo o caso específico de uma comunidade quilombola e de terreiro, participam do cenário comunicativo contemporâneo através de sua própria existência ritual, social e política, que constrói posturas relacionais estratégicas, marcadamente no crivo da “cultura”. Essas comunidades o tempo todo “indigenizam” a comunicação através da invenção de uma “cultura” (com aspas) que serve às relações interétnicas, construindo pontes e fazendo alianças no sentido de um “entendimento pragmático acerca de diferenças ontológicas aparentemente irreconciliáveis” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 339). Seu labor de constituição da vida amplia-se no cenário de disputas e opressões, para formas de afirmação cosmopolítica (STENGERS, 2004) e criação de diálogos com as arenas públicas institucionais midiáticas ou não.

Manzo é uma comunidade com diferentes níveis de relação – são laços sanguíneos, sagrados, de tradição, políticos –, que se entrecruzam conformando uma família, um terreiro, um quilombo urbano e ainda um projeto cultural. Lidar com toda essa complexidade exige as habilidades da diplomacia, ou seja, a circulação por diversos mundos e as negociações necessárias para lograr trânsitos (STENGERS, 2004). Como explica Stutzman, tal empreitada de diplomacia “constitui-se no trânsito entre mundos e no uso preciso e estratégico da linguagem” (2013, p. 13). Concebendo a atividade de RP como investida de uma responsabilidade política, tanto no que tange ao diálogo com públicos quanto àquilo que constitui os sentidos do espaço público, tal diálogo pode fornecer às comunidades tradicionais ferramentas – conferidas de flexibilidade e plasticidade – para a sua atuação nessa seara da “diplomacia de mundos”, da construção de uma convivência entre diferentes modos de existência na arena pública da vida social, especialmente aquela que diz da consolidação de direitos, calcada num horizonte de simetria (STENGERS, 2004).

Além disso, a diplomacia de mundos é potência que Manzo revelou ter em suas lideranças políticas como também no desejo de colaboração com seus diversos grupos de relacionamentos. O desenvolvimento de um mapeamento, através do entendimento contextual de quem vive a realidade de Manzo no corpo, na sociabilidade cotidiana e na experiência de gestão destas complexas interlocuções nos mostrou a importância de se alargar e incrementar as próprias técnicas de RP, no sentido de elaborar formas potentes de lutas políticas junto às comunidades tradicionais. Ou seja, nas relações que a comunidade constrói com diferentes grupos (que seriam seus públicos na perspectiva das RP), atua estrategicamente, produzindo

traduções cosmopolíticas. Com isso, ela constantemente constrói a si mesma, a sua tradição, performando a cultura, ou seja, construindo uma “cultura” com aspas – que é uma unidade num sistema interétnico, distinta da cultura sem aspas, aquela que move a estrutura interna dos contextos ênicos (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 356).

Sabemos que as RP têm se aproximado dos movimentos sociais, construindo a partir de suas causas instrumentos de ação política no mundo, intervenções estratégicas que fortalecem as lutas pelos direitos de grupos que passam por processos violentos de exclusão e aviltamento social. Contudo, pode ser rico ainda outro gesto, como buscamos demonstrar nesse estudo aplicado, mais predisposto ao diálogo com as especificidades de comunidades com características culturais, religiosas e filosóficas próprias, comunidades que historicamente – desde o momento inicial da colonização – são alvo de práticas sistematizadas de racismo, etnocídio, epistemicídio e genocídio em nosso país e, por isso, não respeitado o seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017).

Nessa senda, o gesto radical pode ser o de deixar as técnicas, os conceitos e os processos de RP se confrontarem e se ampliarem pelas formas de comunicação de práticas culturais e saberes que ainda não foram incluídos nos protocolos acadêmicos formais da área. Isso quer dizer que consideramos possível e politicamente interessante, como demonstrado ao longo do presente artigo, o diálogo entre as comunidades tradicionais e as metodologias, instrumentos e ações típicas do campo das Relações Públicas, na medida em que tais universos possam construir solidariedades momentâneas, conexões conjunturais, parciais e transversais. Com isso, não queremos, evidentemente, a construção de um modelo metodológico estanque para todo o vastíssimo campo dessas comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, ciganas, dentre outras, que são heterogêneas em si mesmas –, mas vislumbramos como uma investida promissora para o campo das Relações Públicas o encontro com coletivos, territórios, pessoas, narrativas, cosmologias e saberes que mobilizam. À maneira destas comunidades, enxergamos a possibilidade de pensar o que é uma organização de forma mais elástica e as arquiteturas organizacionais mais predispostas a acolher afetos, subjetividades e formas de participação ampliadas, bem como um fazer inventivo que não se paute apenas por modelos e fórmulas pré-estabelecidos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. Form-of-life. *Means without end: notes on politics*. Minneapolis: Minesota University Press, 2000.
- SANTOS, A. B. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa, 2015.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com aspas e outros ensaios*. In: Ensaaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CERTEAU, M. *Artes de fazer: a invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, p. 41, 1994.
- FOULCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUIMARÃES, C. G.; OLIVEIRA, L.; BRASIL, A.G.; TUGNY, Rosangela; TUGNY, A.; TAKAHASHI, R.; MOURA, M. A.; ALTIVO, B.; OLIVEIRA, F. A inclusão de disciplinas ministradas por mestres dos saberes tradicionais e populares na UFMG, Revista Tessituras, v. 4, pp.179-201, 2017.
- HENRIQUES, M. S. et. al. *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- KUNSCH, M. M. K. (org.). *Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional*. São Paulo: Summus, 1997.
- KUNSCH, W. L. Resgate histórico das Relações Públicas comunitárias. IN: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Org.). *Relações Públicas Comunitárias: A comunicação numa perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial, 2007.
- LATOURET, B. In: DIAS, Jamille Pinheiro; SZTUTMAN, Renato; MARRAS, Stelio. Múltiplos e animados modos de existência: entrevista com Bruno Latour. *Revista de Antropologia*, v. 57, n. 1, p. 499-519, 2014.
- LEVI-STRAUSS, C. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, Papirus, 1989.
- MARQUES, C. E. *Bandeira Branca em Pau Forte: considerações sobre direitos e a “tomada da palavra política” em um Quilomblé Urbano de Belo Horizonte*. 2014. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, 2014.
- MARTINS, L. M.; *Afrografias da memória*. Perspectiva: São Paulo, 1994.
- PELBART, P. P. Biopolítica. *Revista Sala Preta*, PPGAC/USP, v. 7, 2007.
- QUEIROZ, A. M. M. *Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango – Belo Horizonte/Minas Gerais*. Abril de 2012. 191 pgs. Dissertação (Mestrado em

Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de Fala*. Belo Horizonte, Editora Letramento, 2017.

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto" em via de extinção (parte II). *Mana*, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.

SANTOS, A. B. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília, INCTI/ UNB, 2015.

SGORLA, F.; PÉRSIGO, P. M.; FOSSÁ, M. I. T. A função política de Relações Públicas na legitimação organizacional. *Cadernos de Comunicação*, n. 14, 2011.p.1-15.

STENGERS, I. The cosmopolitical proposal. In: LATOUR, B.; WEIBEL, P. (Org.). *Making things public: atmospheres of democracy*. Cambridge: MIT Press, 2004. p. 994-1003.

STENGERS, I.; LATOUR, B. The Sphinx of the work. In: SOURIAU, E. *The different modes of existence*. Minneapolis, Minesota University Press, 2015.

STUZTMAN. R. *Cosmopolíticas transversais: a proposta de Stengers e o mundo ameríndio*. Palestra realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro, 2013.

TERRA, C. F. Relacionamentos nas mídias sociais (ou relações públicas digitais): estamos falando da midiatização das relações públicas? *Revista Organicom*, v. 12, n. 22, 2015.